

O urbanismo e os urbanistas na história urbana brasileira: percursos e perguntas para pensar a história urbana da América Latina

Rodrigo de Faria

Arquiteto e Urbanista, pós-doutorado pela FAU-USP (2008) e ETSAM/UPMadrid (2014/2015), professor associado I do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e do PPGFAU-UnB, ICC Norte, Gleba A, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília, DF, CEP 70904-970, rod.dfaria@gmail.com

Resumo

Quais são os temas e os objetos da pesquisa em história do urbanismo no Brasil? Essa pergunta orientou uma análise sobre a pesquisa em história do urbanismo no Brasil pelo interesse na pesquisa das trajetórias profissionais de urbanistas. A partir de um levantamento sobre abordagens já realizadas pela historiografia brasileira, foram formuladas algumas considerações nesse campo de investigação. As recorrências e as permanências da pesquisa foram problematizadas para que pudéssemos apontar uma necessidade de articulação com a historiografia latino-americana, para que a construção-intepretação histórica urbanística da América Latina seja realizada com a presença mais direta dos estudos realizados no Brasil.

Palavras-chave: história do urbanismo, Brasil, América Latina.

Uma construção permanente¹

Elaborado originalmente como conferência inaugural do II Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil, o presente texto mantém quase que integralmente as considerações enunciadas na ocasião. Nesse sentido, o percurso delineado na conferência será mantido, inclusive no tocante à estratégia de construção de uma narrativa que pudesse preservar a ideia original do próprio tema sugerido: o urbanismo no Brasil, seus temas e objetos. E em se tratando de conferência realizada num seminário focado nos estudos dos profissionais do urbanismo, a experiência de ter desenvolvido pesquisa doutoral no âmbito da trajetória (biografia?) profissional contribuiu e, ao mesmo tempo, orientou minha abordagem sobre os temas e objetos do Urbanismo no Brasil pela interface dos profissionais urbanistas.

No primeiro Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil, realizado em 2013 na FAU-UnB, a problematização qualificativa ocorreu no confronto/oposição teórico-metodológica entre as ideias de "Trajetória" e "Biografia"; nesse segundo,

realizado em 2015 no IAU-USP, a problematização esteve centrada nas trajetórias e interlocuções transatlânticas, sem aquele sentido interrogativo do primeiro. E foi justamente esta característica que abriu o caminho para certa provocação final (no bom sentido da provocação) ao próprio Seminário, ou seja, para apresentar outra proposta de análise, algo como outro caminho em relação aos temas e objetos do urbanismo no Brasil.

Como parte da estratégia de construção de uma narrativa que não escapasse ao eixo proposto, e reconhecendo meus próprios limites para formular uma análise ao mesmo tempo em grande angular e com as particularidades inerentes ao campo disciplinar do urbanismo e dos profissionais que atuaram nesse campo e no Brasil, um primeiro movimento que empreendi foi o de compilar algumas análises já realizadas sobre a pesquisa em história do urbanismo no Brasil.

Ressalto apenas que a ideia não foi simplesmente a de contabilizar aquilo que já havia sido enunciado sobre o tema ou problematizar a ampla e consolidada

¹ A construção da versão final deste texto contou com as colaborações de Maria Stella Bresciani (CIEC-UNICAMP) e Ana Claudia Veiga Castro (FAU-USP), ao mesmo tempo lendo a versão preliminar e formulando ponderações de grande relevância à medida que os ajustes eram realizados. O texto integra os estudos realizados com apoio do CNPq no âmbito da Bolsa PQ-2 e auxílio Edital UNIVERSAL-2014.

diversidade de trabalhos já realizados. A proposta foi a de buscar nessas análises o que elas nos informam sobre a pesquisa produzida na interface “urbanistas e urbanismo”. Diante disso, duas perguntas básicas foram formuladas: quais foram as análises já realizadas e o que elas nos informam? Em relação às análises que foram realizadas, menciono o seguinte conjunto de trabalhos:

. “A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões”, de Ana Fernandes e Marco Aurélio; segundo os autores, produzido em 1990 (provavelmente o primeiro texto com o objetivo de análise de produção nacional) para o I SHCU e posteriormente publicado em 1998²;

. A Sessão “História Urbana” do ENANPUR de 1999, ainda que não especificamente sobre tema dos profissionais urbanistas, mas com textos importantes no contexto da historiografia urbana e urbanística do/sobre Brasil, entre eles, “Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil”, de Sarah Feldman; “História da Cidade: contribuição e balanço temático”, de Stella Bresciani; “Habitação no Brasil: uma história em construção”, de Nabil Bonduki;

. “Cidade e Urbanismo: história, forma e projeto”, de Margareth Pereira e Marco Aurélio, publicado nos Anais do IX ENANPUR de 2001;

. “História da Cidade e do Urbanismo no Brasil: reflexões sobre a produção recente”, de Ana Fernandes e Marco Aurélio, publicado em *Ciência e Cultura* no ano de 2004;

. “A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo”, organizado por Eloísa Petti e Marco Aurélio e publicado em 2005;

. “A cidade como história”, de Josianne Cerasoli e Marisa Carpintero, publicado em *História: questões e debates* em 2009.

Evidentemente que outros estudos foram realizados, mas considero esses que mencionei como referências em decorrência de suas qualidades e especificidades. E a partir do texto que muito provavelmente inaugurou esse movimento de análise do conjunto da produção nacional no âmbito da história do urbanismo, é que iniciarei a construção daquele mencionado outro caminho em relação aos temas e objetos do urbanismo.

No texto de Ana Fernandes e Marco Aurélio, uma ideia importante é a de que “ao que tudo indica, estamos, pois, diante de um campo de estudos ainda em construção”. Mesmo que uma consideração mais geral sobre o que naquele momento foi denominado “História Urbana”, o sentido de “ainda em construção” - se é que teve naquele momento algum sentido crítico-negativo por parte dos autores -, deve ser pensado como algo que permanecerá em construção.

Essa noção de continuidade é fundamental, pois assim não caímos na arriscada suposição de que tudo já foi historiografado e não teríamos mais nada por fazer, o que é o mesmo que afirmar que tudo estaria pesquisado e toda documentação possível acessada e analisada. O risco existe e fica ainda mais evidenciado em determinados campos de conhecimento que carregam em sua genealogia investigativa um certo desejo pelo ineditismo dos temas e objetos. Por esta lógica do inédito a construção estaria concluída e deveria acarretar na constatação da inexistência de novos objetos, no caso, de profissionais que atuaram no campo urbanístico.

O contraponto a essa formulação está estruturado na noção da permanente construção – naquele sentido formulado por Ana Fernandes e Marco Aurélio -, e isso passa pela concepção de que o que é (ou deve ser) inédito é a pergunta/problematização que se faz no processo da pesquisa histórica. Por esse caminho será sempre possível investigar as trajetórias dos urbanistas, mesmo dos que já foram amplamente estudados. A cada nova proposta de investigação outras interpretações serão construídas segundo a diversidade documental interessada e localizada, segundo a inserção social-política e o contexto profissional-institucional do profissional pesquisado, segundo seu pensamento urbanístico, a partir da sua biblioteca pessoal, de suas publicações e tantas outras atividades profissionais realizadas e que estejam preservadas em algum arquivo.

Essa permanente construção pode e deve se apoiar na ideia formulada por Edgar de Decca (no clássico número 34 da *Revista Espaço e Debates*, todo ele dedicado ao tema *Cidade e História*) de que

“o historiador tem que estar ciente de que os eventos históricos não existem por si, não existem como dado natural (...) É preciso se ter muito claro

² A versão aqui utilizada está publicada nos Anais Eletrônicos do Seminário de História do Urbanismo e da Cidade (<http://unuhoopedagogem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/index>) e inserido no conjunto de textos do I Seminário, realizado em 1990. No entanto, no início do texto existe a informação de que o mesmo fora produzido em 1993 para o II Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Outra versão foi publicada na coletânea *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas* (PADILHA, 1998).

que o evento não é um evento natural, o evento é histórico conforme a trama a qual ele pertencer. E haverá tantas tramas quantas nós quisermos, conforme nossa capacidade de inventá-las". (DE DECCA, 1991, p. 8)

Nesse sentido, mantenhamos os estudos sobre as trajetórias/biografias em contínua construção com outras perguntas, outras tramas, outros documentos, outras interpretações, pois é esse o caminho necessário para o aprofundamento e a diversificação das interpretações sobre o urbanismo no Brasil.

Trajetoórias-biografias profissionais: uma recorrência estrutural e suas (necessárias) perguntas

No mesmo texto de Ana Fernandes e Marco Aurélio (1990) já é possível constatar a importância das pesquisas mais específicas sobre as trajetórias profissionais para o campo mais geral da história do urbanismo no Brasil, no caso, por eles denominada de "pensamento urbanístico". Para os autores, tal entrada de estudos estava interessada em grande parte na "dimensão projetual do urbanismo moderno, os trabalhos nessa linha recuperam, de modo pioneiro, as proposições feitas pela disciplina" (FERNANDES; GOMES, 1990, p.21). E se concordarmos com a análise apresentada por Robert Pechman no mesmo Seminário de História de História da Cidade e do Urbanismo de 1990, quando afirmou que

"...transitando entre uma história econômica (cidade como lugar da acumulação), uma história política (cidade como base do pacto social) e uma história social (o papel da cidade na constituição da sociabilidade burguesa), a história furtou-se a enfrentar a cidade como temática com questões próprias". Mais próximo disso esteve o urbanismo que, ao se legitimar como 'ciência da cidade' procurou dar a ela estatuto científico próprio". (PECHMAN, 1990, p.31)

ou seja, de que foi pelo urbanismo que a cidade se inscreveu na histórica, então, aquela dimensão projetual do urbanismo como primeira entrada interessada dos estudos sobre o pensamento urbanístico não apenas se justificava, mas explicitava os inícios (no plural) da história do urbanismo no Brasil.

Tais inícios plurais foram construídos pelas (e são constatados nas) análises sobre os planos urbanísticos e as diversas intervenções urbanas realizadas nas cidades e suas articulações com as concepções intelectuais dos profissionais que as elaboraram e/ou as executaram. No mesmo Seminário de 1990, o texto de Fernando Diniz sobre Saturnino de Brito faz justamente esse movimento entre o que poderíamos resumir como uma história das relações entre as concepções espaciais (no sentido da forma urbana) e as ideias urbanísticas do engenheiro construídas em suas interlocuções profissionais.

Um segundo ponto importante a frisar no texto de Ana Fernandes e Marco Aurélio, é o reconhecimento de que as pesquisas dialogavam como a história das ideias, num sentido de construção de uma crítica da cultura enquanto embasamento conceitual. Para ambos,

"nesse sentido, as biografias, enquanto abordagem privilegiada, têm dado ocasião de se discutir a formulação do pensamento urbanístico em suas origens no Brasil, assim como a filiação que esse pensamento guarda em relação ao movimento e/ou correntes urbanísticas que aconteciam paralelamente na Europa e nos Estados Unidos". (FERNANDES; GOMES, 1990, p. 21)

Essa discussão sobre a escrita biográfica (ou escrita de uma trajetória) foi um dos eixos centrais do I Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil, o que seguramente reforça a importância e algum protagonismo desses estudos para o campo da história do urbanismo no Brasil. Tanto é assim que entre o Seminário de História da Cidade e do Urbanismo de 1990 e o I Seminário Urbanistas e Urbanismo em 2013, percorremos duas décadas que denotam essa importância, ainda que marcadas por certas permanências, às quais retornarei mais adiante.

Nessas duas décadas os SHCU testemunharam a consolidação dos estudos sobre os profissionais, como analisado em outro texto de Marco Aurélio escrito em parceria com Eloisa Petti. No levantamento que fizeram até o VII SHCU podemos confirmar a presença constante de estudos por esse eixo, de um modo geral privilegiando, segundo os autores, as ideias que embasaram o pensamento urbanístico, os personagens que elaboraram propostas, a circulação de ideias, a regulamentação profissional

(PETTI; GOMES, 2004). E foi justamente o debate sobre a circulação das ideias o tema central do SHCU de 2010, realizado na UFES, ou seja, de alguma forma a construção da história urbana/urbanística brasileira naquele momento foi pensada pela construção intelectual dos agentes proponentes das transformações urbanísticas e arquitetônicas: os profissionais.

O que faz esse conjunto de referências é justamente reconhecer a importância dos estudos sobre as trajetórias profissionais como uma das entradas analíticas mais importantes da historiografia urbanística brasileira. O que até então não tinha sido considerado, e foi essa a ideia basilar do I Seminário Urbanistas e Urbanismo, é o debate teórico e conceitual sobre a noção de trajetória ou biografia. No entanto, mesmo sendo este um debate conceitual interessante, mais importante agora é a continuidade de um eixo de investigação que pode mesmo ser entendido como uma característica estrutural da historiografia do urbanismo no Brasil. Essa entrada, ou “marca”, não é evidentemente a única, mas é certamente uma das mais fortes e recorrentes. As diversas mesas organizadas no SHUC de 2010 sobre o lugar das ideias na construção das cidades e do urbanismo consolidaram essa marca/entrada.

A realização dos dois primeiros Seminários Urbanistas e Urbanismo no Brasil confirmam essa marca e reforçam aquela ideia inicial de que a pesquisa deve permanecer em construção. Ao mesmo tempo eu faço aqui uma primeira indagação: seria esse um caminho muito particularizado ou especializado da pesquisa em história urbana/do urbanismo e com o risco de não mais compreendermos os processos gerais e suas interações? De outra forma: nas pesquisas realizadas até hoje conseguimos capturar os diversos movimentos dos profissionais que estudamos, de suas mais específicas particularidades aos movimentos mais gerais que realizaram em contextos intelectuais e institucionais distintos, ou seja, conseguimos construir-percorrer as contradições dos processos ou nossas narrativas estão confortavelmente amparadas nas linearidades biológicas dos nossos personagens? Ou ainda: conseguimos até aqui desnaturalizar nossos personagens e suas ideias, retirando-os de uma lógica evolutiva cujo fim já estaria definido no início e que, portanto, apenas “comprovaríamos” um certo percurso ou trajetória profissional?

Reconhecer permanências para formular mudanças

Neste ponto da argumentação considero oportuno mencionar dois aspectos que em meu entendimento caracterizam certas “permanências” em nossos estudos. Não os aponto, entretanto, por considerá-los um problema ou erro. Essas permanências são, isso sim, parte daquela marca/entrada a que me referi, ou seja, aquilo que informa o percurso que realizamos nessas duas décadas no âmbito da história do urbanismo. A primeira “permanência” está relacionada à concentração de estudos de personagens e suas práticas profissionais no campo urbanístico em cidades capitais; assim como os estudos sobre as próprias cidades. A constatação dessa permanência foi formulada por Marco Aurélio e Margareth Pereira no texto introdutório do Subtema “Cidade e Urbanismo: história, forma e projeto” do ENAPUR de 2001. Segundo os autores,

“no caso das biografias de cidades, se por um lado os estudos de redes urbanas foram num primeiro momento deslocados, por outro, aprofundou-se o conhecimento sobre a história singular de várias metrópoles brasileiras – em detrimento, entretanto, da atenção às cidades de porte médio ou às pequenas cidades mortas”. (GOMES; PEREIRA, 2001, p. 547)

O entendimento sobre essa permanência não exclui a mudança em processo e que novamente os SHCU confirmam: não é uma permanência inviolável, pois cidades do interior do país – os planos que foram desenvolvidos, os profissionais que se deslocaram até essas cidades, etc. - estão cada vez mais na pauta das pesquisas, inclusive das pesquisas em história urbana. E me parece que a recente expansão da Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo território nacional já contribuiu e continuará contribuindo para que essa tendência se consolide cada dia mais.

No caso específico da pesquisa em história urbana no Brasil, não apenas os Programas das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo com forte tradição nesse campo contribuíram estruturalmente para o aprimoramento dos trabalhos. É fundamental e necessário considerar a interlocução desses Programas em Arquitetura e Urbanismo com o Programa de Pós-graduação em História do IFCH-UNICAMP (originalmente denominado de História Social do

Trabalho), onde atualmente está organizada a Área Política, Memória e Cidade e especialmente a linha de pesquisa Cultura e Cidade. Uma interlocução também fundamentada na presença desse Programa entre os membros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, a ANPUR.

E se hoje o PPGH-IFCH-UNICAMP e o próprio Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC-UNICAMP) consubstanciam essa importante interlocução com a área da Arquitetura e Urbanismo no estudo sobre temas urbanos, urbanismo e cidades, necessário se faz reconhecer que esse trabalho foi iniciando ainda na década de 1980. Essa origem esteve, segundo Margareth Pereira, associada ao trabalho de pesquisa com a história literária de matriz urbana desenvolvido por Maria Stella Martins Bresciani (PEREIRA, 2014).

Mais que um trabalho inicial nessa matriz literária urbana, o que fundamentou todo o esforço realizado foi a abertura ao diálogo interdisciplinar profundo com arquitetos e urbanistas, sociólogos, antropólogos, historiadores, principalmente a partir da criação dos Seminários de História da Cidade e do Urbanismo em 1990. Esse diálogo foi também importante para que aquela primeira permanência começasse a ser desfeita e o espectro de cidades estudadas se ampliasse consideravelmente. As pesquisas de mestrado e doutorado realizadas sobre cidades do interior paulista respaldam essa contribuição, incluindo trabalhos mais recentes (entre final do século XX e início do século XXI) sobre pensamento urbanístico, patrimônio urbano-industrial, cultura urbana, entre tantos outros temas.

A segunda permanência é também importante e merecedora de um debate mais profundo: ela está relacionada ao nosso olhar ainda muito unidirecional entre Brasil e Europa e/ou Brasil e EUA, com poucas interlocuções em relação à América Latina. No mesmo sentido interrogativo que no I Seminário pensamos a ideia de biografia em relação à de trajetória, formulei um contraponto ao próprio tema do II Seminário Urbanistas e Urbanismo no Brasil em relação às interlocuções transatlânticas (e não porque essas interlocuções não sejam mais importantes ou não merecedoras de novas análises). O sentido do contraponto é outro e está formulado da seguinte forma: quando iniciaremos o movimento

mais estrutural de articulação com as pesquisas desenvolvidas no âmbito geográfico e cultural latino-americano? O que conhecemos sobre as mesmas interlocuções dos urbanistas brasileiros nesse contexto das ex-colônias da Coroa Espanhola?

Essas perguntas não partem do princípio de que esse movimento nunca ocorreu, e novamente aqui os trabalhos de Marco Aurélio denotam não apenas o interesse nesse sentido, mas a sua importância e possíveis caminhos que precisamos percorrer. Faço referência ao livro “Urbanismo na América do Sul – circulação das ideias e constituição do campo”, que será retomado mais à frente para finalizar minhas considerações. No entanto, uma brevíssima análise em alguns dos mais importantes textos produzidos por pesquisadores institucionalmente localizados em países da América Latina reforça a ideia de que a presença brasileira é reduzida ou superficial, que a nossa articulação com a América Latina ainda é incipiente (mesmo que alguns esforços de aproximação já tenham ocorrido, por exemplo, nos SHCU).

O Brasil na história urbana latino-americana

No livro “Entre libros de história urbana – para una historiografia de la ciudad y del urbanismo en America Latina”, de Arturo Almandoz, constam como referência os seguintes trabalhos realizados por brasileiros: “Urbanismo no Brasil” (Leme), “Imagens de vilas e cidades no Brasil colonial” (Nestor Goulart), “Europa, França e Bahia. Difusão e adaptação de modelos urbanos” (Petti), “A cidade como história” (Petti/Filgueiras), “Formas urbanas: cidade real e cidade ideal” (Heliodoro Sampaio); e dois artigos, um de Celso Lampareli sobre Le Bret e outro de Joel Outtes sobre urbanística entre Brasil e Argentina. Ainda assim, todos os trabalhos surgem como referência mais genérica ou explicação em nota de rodapé, não recebendo a mesma atenção que, por exemplo, a historiografia argentina recebeu desde Jorge Hardoy, passando por Ramón Gutierrez e Roberto Segre.

De modo geral, para Arturo Almandoz, a força da presença brasileira nesse contexto latino-americano pode ser considerada em duas ocorrências. A primeira ao reconhecer a importância dos principais Seminários e Congressos brasileiros para o campo

da história urbana. A quantidade de eventos e associações acadêmicas como os SHCU, ANPUR, ANPARQ, APUH, ANPOCS (o próprio DOCMOMO-Brasil, com sua especificidade na produção da arquitetura moderna), que de alguma forma abrem espaços de discussão sobre a história urbana em suas agendas institucionais e intelectuais fundamentam tal reconhecimento.

A esse conjunto de congressos e instituições acadêmicas que agregam pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, faz necessário mencionar os diversos grupos de pesquisa em história urbana/história da cidade e do urbanismo/cultura urbana cadastrados na plataforma CNPq. Entre esses grupos, alguns com décadas de atuação, como a Rede Urbanismo no Brasil, cuja produção sempre esteve atrelada ao estudo dos profissionais urbanistas, ou ainda, grupos mais recentemente criados, como o Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina, apontando para uma atuação mais estrutural do Brasil no contexto latino-americano³. Da mesma forma, o papel relevante assumido nos últimos dez anos pelo Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade da UNICAMP, que edita desde 2006 uma revista integralmente dedicada ao campo da história urbana, a Revista Eletrônica URBANA, e mais recentemente, no processo de criação da Associação Ibero-americana de História Urbana (AIHU), sendo sua sede acadêmica e atuando como secretaria administrativa e coordenação geral.

A segunda ocorrência mais explícita nas considerações de Almandoz aponta para o trabalho de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, no texto *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Esse reconhecimento ao livro traz, ao mesmo tempo, uma posição crítica por parte de Almandoz em relação a ausência da categoria espacial nos estudos realizados pelo duplo eixo econômico-social. Uma ausência que marca a tipologia de um conjunto amplo de autores e autoras cujas publicações foram construídas no âmbito institucional-intelectual da CEPAL, entre eles, Marta Schteingart, Anibal Quijano, e o próprio Roberto Segre.

No início do capítulo especificamente dedicado ao que Almandoz chamou de “Transbordo Latino-americano” (e em todo o livro a ideia de transbordo está contida de argumentos/conceitos que ainda estruturam certa historiografia construída na base

da “importação das ideias”, da “transferência de modelos” e na concepção de “europeização das cidades latino-americanas”), existe uma formulação que talvez informe ou explique em parte essa “ausência” brasileira. O autor afirma que “a diferencia de países como Gran Bretaña y los Estados Unidos, donde la historia urbana derivó de mainstreams económicos y sociales, la historia del arte parece haber provisto el primer sustrato para la historia urbana latinoamericana” (ALMANDOZ, 2007, p. 146).

Esse entendimento possibilita a formulação da seguinte pergunta: a historiografia urbana/urbanística brasileira está também relacionada em suas “origens” com a história da arte? Se considerarmos os autores brasileiros anteriormente mencionados, essa não parece ser a base fundacional da nossa pesquisa em história urbana. E se não é, estaria então respondida a indagação sobre a ausência brasileira entre os livros de história urbana que Almandoz considerou como os que fundamentaram a historiografia da cidade e do urbanismo na América Latina?

O mapeamento sobre a presença brasileira no contexto latino-americana também pode ser realizado no artigo “A produção da cidade latino-americana”, de Adrián Gorelik. Neste caso, apenas o livro “Economia política da urbanização” de Paul Singer surge como referência, revelando em meu entendimento um aspecto que considero importante nos argumentos desenvolvidos sobre a cidade latino-americana. A análise da narrativa empreendida por Gorelik revela uma quase total ausência das cidades brasileiras, das instituições brasileiras e dos profissionais brasileiros na interpretação dessa cidade que ele formulou como uma “construção cultural”.

No entanto, essa postura crítica sobre a ausência mencionada não está direcionada ao texto em si, mas à forma como tomamos esse texto como uma referência – e obviamente é uma importante referência, dada a sua qualidade teórica e relevância aos estudos urbanos no continente – sobre a cidade latino-americana sem que essa construção cultural seja pensada também a partir das problemáticas brasileiras. Claro que a exceção existe, mas apenas na consideração feita pelo autor em relação ao caso de Brasília, evidentemente pelas dimensões histórico-político-urbanística desse caso.

³Faço aqui referência a outros importantes grupos de pesquisa: o URBIS – Grupo de pesquisa em história da cidade, arquitetura e paisagem (IAU-USP); o LeU – Laboratório de Estudos Urbanos (PROURBE-UFRJ); o Núcleo de História Urbana (FA-UFBA); o GESTHU - Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (IPPUR-UFRJ)

Se no livro de Almandoz, a Argentina foi considerada em seu protagonismo em relação à historiografia urbana, no artigo de Gorelik, cujo eixo é pensar o conceito de cidade latino-americana, o centro de força da análise recaiu na Venezuela, onde os processos econômicos-sociais da urbanização, do desenvolvimento, da pobreza e marginalidade, desequilíbrios regionais, etc, se evidenciou, conforme o próprio autor, “de modo radicalizado”. Ao construir seu argumento, Gorelik o estruturou nas complexidades e contradições da rede urbana venezuelana, incluindo suas diversas e importantes instituições⁴ e experiências no campo do planejamento e do urbanismo, como foi o caso de Ciudad Guayana no âmbito dos debates sobre polos regionais; não fica ausente em seu texto o caso do Chile, ao mencionar o ILPES, a CEPAL e o Ministério de Habitação e Urbanismo, 1965.

O caso brasileiro foi considerado apenas pontualmente com os exemplos de São Paulo, ao colocá-la lado a lado com Cidade do México e Montevidéu como “casos” para se pensar a cidade latino-americana no marco da “explosão urbana”; e Brasília, e neste caso, ao reafirmar a ideia do sonho da cidade moderna num país “condenado ao moderno”. Nesse sentido, a pergunta que se abre diante de nós é: como entraremos nesse debate sobre a cidade latino-americana para que essa construção cultural, como proposto Gorelik, seja também pensada como processo integral de todo o continente americano, ou melhor, da parte americana decorrente da colonização ibérica, no que isso passa, portanto, pelo Brasil?

Acredito – mas posso estar errado - que essa mesma desatenção ocorreu com outro livro importante e que parece ainda “esquecido” nas pesquisas e cursos no Brasil. Refiro-me ao texto “Las Estructuras Ambientales de America Latina”, publicado por Roberto Segre em 1977, que inclusive revela muito sobre o local institucional de sua fala: a Faculdade de Arquitetura de Havana e o próprio contexto revolucionário Cubano. A análise de Segre também apresenta um eixo crítico mais formalista como de Ramón Gutierrez, com foco no desenho em si, ou seja, no plano urbanístico, mas avança na abordagem econômica, política e social que o *lugar* da sua fala explicita: a crítica ao capitalismo em suas relações com os sistemas urbanos e o território. E se para Ramón Gutierrez, Brasília, elitista desde seu início,

se fez classista por simples decantação, resultando numa monumentalidade cenográfica fascista, para Roberto Segre, Brasília

“es una utopía evasiva, ajena a la realidad objetiva, suponer que dentro del sistema capitalista surgen proposiciones arquitectónicas o urbanísticas ajenas de las contradicciones económicas y sociales que caracterizan la esencia misma del sistema. Imaginar que Brasilia representaría un modelo urbanístico válido y expresivo de una abstracta nueva sociedad em la que desaparecerían la lucha de clases, la especulación sobre el territorio, la incidencia de la propiedad privada, implica no captar las directrices del proceso social y económico nacional”. (SEGRE, 1977, p. 105)

Na sequência apresento um conjunto de perguntas que considero importantes:

a) certa desatenção observada por Carlos Roberto Monteiro de Andrade (ANDRADE, 2005, P.82) não estaria associada à própria escrita que a historiografia urbanística e arquitetônica brasileira produziu sobre Brasília, qual seja, a de uma análise autorreferente, como objeto em si nos termos do seu plano urbanístico e de seus edifícios? De outra forma: em que momento a historiografia urbana e arquitetônica brasileira que estudou e estuda o caso de Brasília (e estou focado neste caso porque é aquele que de um modo geral a historiografia latino-americana faz referência) o fez em articulação com os processos nacionais de desenvolvimento macroeconômico da década de 1950 e em relação aos temas do desenvolvimento regional que a criação da Superintendência de Desenvolvimento Regional do Nordeste (SUDENE) representou?

b) estaria, portanto, na articulação que a decisão política pela criação de Brasília tem com o debate latino-americano construído por Raul Prebisch e Celso Furtado na CEPAL - no campo do desenvolvimento nacional e de suas vinculações com o debate no continente – um caminho necessário e ainda não realizado pela historiografia brasileira?

c) aquele silêncio ou apagamento das experiências brasileiras não estaria então justificado, ainda que em parte, na forma como escrevemos a nossa história urbana, quero dizer, numa escrita que talvez não tenha colocado o debate urbanístico brasileiro

4A Comissão Nacional de Urbanismo, 1946 / Corporação Venezuelana de Fomento, 1947 / Oficina Central de Coordenação e Planificação, 1958)

em diálogo com as experiências levadas a cabo na América Latina, pois justamente nosso olhar ainda é majoritariamente transatlântico no sentido europeu? d) E nisso os estudos sobre Brasília são ainda construídos mais em relação ao urbanismo modernista e ao debate Europeu relacionados aos CIAMs que em relação ao debate sobre polos de desenvolvimento, desequilíbrio regional, industrialização como foi o caso de Ciudad Guayana na Venezuela ou o caso da Superintendência de Desenvolvimento Regional do Nordeste (SUDENE) no Brasil, entre várias outras experiências passíveis de uma análise comparada?

⁵ Entre as instituições, a Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal (OICI), a Sociedad Interamericana de Pnalificación e o Departamento de Vivienda y Planeamiento da Unión Panamericana/OEA, todas, de alguma forma, com eixos de atuação centrados nos problemas do desenvolvimento municipal organizaram congressos e mantinham publicações periódicas e temáticas. Grande parte dos profissionais que atuaram no âmbito do debate municipalista tiveram vínculos com essas instituições, entre eles, Carlos Mouchet, Carlos Morán, Antonio Delorenzo Neto, Rafael Picó.

⁶ Como reconhecem Marco Aurélio e Carlos Espinoza sobre os Congressos da OICI, apenas “sabe-se que eles tiveram sua origem a VI Conferências Internacionais Americanas (Havana, 1928), embora sua primeira edição tenha ocorrido somente dez anos depois, também em Havana” (GOMEZ; ESPINOZA, 2009, p. 31). Eu venho pesquisando a documentação sobre essas instituições, suas origens, profissionais e temáticas desde 2010, ainda que num trabalho lento, pois demanda um percurso por arquivos sediados em vários países do continente americano e na Espanha, onde a OICI está sediada e também consta o acervo do Instituto de Estudios de Administración Local (IEAL). Alguns resultados foram publicados em Congressos, Revista e Conferência, incluindo orientações de Iniciação Científica pelo Programa PIBIC/UnB-CNPq. Entre os mais recentes, ver: DE FARIA, 2013; DE FARIA, 2015; DE FARIA, 2016a; DE FARIA, 2016b.

Por uma nova história urbana da América Latina

E para finalizar minhas considerações, eu retomo agora o livro “Urbanismo na América do Sul – circulação das ideias e constituição do campo” e espero assim amarrar este argumento final com o movimento que fiz até aqui para apontar *um* caminho (entre muitos outros) sobre os temas e objetos da pesquisa em história do urbanismo no Brasil. O aspecto que me interessa no livro e que me parece uma entrada potencial para as nossas pesquisas foi formulado por Marco Aurélio e José Carlos Espinoza no artigo “Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960”, e diz respeito às redes profissionais e institucionais latino-americanas. Como enunciado (e eu compartilho dessa opinião) “as redes profissionais de circulação de ideias no âmbito continental são tema ainda pouco explorado pela bibliografia, particularmente a brasileira” (GOMEZ; ESPINOZA, 2009, P. 15).

O que denota alguma atenção nesse campo ainda pouco explorado é o fato de que, mesmo entre pesquisadores originários dos países latinos de origem hispânica e que trabalham com história do urbanismo e do planejamento urbano-regional na América Latina entre as décadas de 1920 e 1970, de certa forma, se confirma. Temas mais gerais como desenvolvimento municipal/municipalismo, e mais especificamente as atividades das Instituições Interamericanas (incluindo suas diversas atividades, como seus Congressos e Publicações)⁵ cujas ações perpassaram os campos do urbanismo e do planejamento urbano-regional, não foram trabalhados como objeto central de interpretação. No conjunto das pesquisas realizadas, as interlocuções entre essas instituições, os profissionais que nelas

participaram, os debates entre eles, as concepções e proposições no campo do desenvolvimento municipal ainda não receberam a atenção necessária⁶.

Ocorre que esses e outros contextos institucional-profissionais são geralmente trabalhados pela historiografia em segundo plano, como panorama geral do debate urbanístico na América Latina ainda circunscrito às relações e “influências” provenientes dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). De outra forma, “muito do que conhecemos sobre a experiência urbanística continental nessas décadas é tributário” de um olhar estrangeiro, “expresso em exposições, depoimentos e publicações de arquitetos, críticos e historiadores europeus e norte-americanos” (GOMEZ; ESPINOZA, 2009, p.14).

Para uma nova problematização de todo esse contexto de redes profissionais e institucionais, Marco e José elaboram uma pergunta muito importante: como os arquitetos e urbanistas sul-americanos viam as suas próprias realizações e expressavam a busca de soluções para os problemas urbanos que então enfrentavam? Ao que acrescento: como a historiografia urbana construiu suas análises sobre esses mesmos profissionais, suas ideias, soluções e instituições às quais pertenciam?

Em relação à historiografia brasileira, acredito que devemos nos perguntar o quê fizemos até aqui e quais os caminhos necessários para que a cidade latino-americana não apenas seja interpretada levando em consideração as particularidades brasileiras para a formulação de conceitos gerais sobre essa mesma cidade, mas como nós que trabalhamos com história urbana/urbanística, passaremos a dialogar mais enfaticamente com a pesquisa realizada pelos colegas da América Latina. Esses são possíveis movimentos que tornarão visíveis as nossas diversas e complexas experiências urbanísticas, os diversos lugares institucionais – sejam municipais, estaduais ou federal – criados desde o século XIX e as contraditórias formas de organização e desenvolvimento dos nossos municípios.

No meu entendimento são esses os caminhos que considero necessários para que a história urbana da América Latina seja construída de forma compartilhada. Ela deve ser construída a partir das nossas próprias experiências e concepções e ao mesmo tempo aberta ao diálogo com os

principais centros europeus e norte-americanos de pesquisa, mas com uma postura política e intelectual fundamentada na recusa à concordância acrítica das interpretações que são feitas por esses centros sobre a nossa realidade urbana.

O problema, e esse é um problema “interno” à América Latina, é que essa concordância acrítica sempre esteve presente, em grande medida estruturando conceitualmente nossas pesquisas, pelas noções de transposição, de importação, de cópia e de influências determinadas. Essa postura intelectual muito contribuiu para manutenção de outra noção, a de centro-periferia, ou seja, de que as ideias originais estão na Europa e EUA e nós na América Latina apenas as corroboramos.

Ao entendermos que o campo conceitual que usamos não difere dos que são usados pelos centros europeus e norte-americanos, e que as particularidades devem assumir um papel também central na construção das narrativas históricas, no nosso caso, da história urbana, então os caminhos se sedimentarão em outras bases. As dificuldades para que nos movimentemos por esses caminhos sempre existiram e muitas delas nós conhecemos. No entanto, existem sinais evidentes de que iniciamos outras trajetórias intelectuais sobre a história urbana da América Latina, e nisso incluindo a contribuição da historiografia urbana brasileira em fermentação ao espectro geográfico e cultural de colonização ibérica. E apesar das críticas que fazamos, estamos certos de que devemos isso aos que iniciaram a caminhada.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Carlos, Roberto Monteiro. “A construção historiográfica da cidade e do urbanismo moderno no Brasil: o caso das cidades novas planejadas”. In: PINHEIRO, Eloísa Petti e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *A Cidade como História: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- ALMANDOZ, Arturo. “Entre libros de historia urbana. Para una historiografia de la ciudad y el urbanismo en América Latina”. Caracas: Editorial EQUINOCCIO, 2007.
- DE DECCA, Edgar. “O estatuto da História”. In: Revista Espaço & Debates, n. 34. São Paulo: NERU, 1991.
- DE FARIA, Rodrigo Santos. “O município em face do planejamento regional: a atuação profissional de Antonio Delorenzo Neto na construção do pensamento municipalista interamericano nas décadas de 1950-1960. In: Anais Eletrônicos XV ENANPUR, 2013. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4610>.
- DE FARIA, Rodrigo Santos. “Urbanismo e desenvolvimento municipal na Europa: os congressos municipalistas da Unión de Municipios Españoles”. In: Revista CIUDADES, n. 19. Valladolid: Instituto de Universitario de Urbanística, 2016. Disponível em: http://www3.uva.es/iuu/CIUDADES/Marcos_R.htm.
- DE FARIA, Rodrigo Santos. “Urbanismo e municipalismo na Espanha: entre o Estatuto Municipal e a Unión de Municipios Españoles na década de 1920”. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. ANPUR, 2015. Disponível em: http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20160517100357Volum_17_-_numero_1.pdf.
- DE FARIA, Rodrigo Santos. “Urbanismo e municipalismo na Espanha. IEAL e a articulação Ibero-americana para o desenvolvimento municipal”. In: Revista ZARCH – Journal of Interdisciplinary Studies in Architecture and Urbanism, n.6. Zaragoza: DA-EIA/ UZ, 2016. Disponível em: <http://zarch.unizar.es/index.php/es/>.
- FERNANDES, Ana Cristina; GOMES, Marco Aurélio Filgueira. “A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões”. In: Anais Eletrônico do I SHCU. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/index>. Pesquisa realizada dia 15 de setembro de 2015.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; PEREIRA, Margareth da Silva. “Cidade e urbanismo: história, forma e projeto”. In: Anais Eletrônico do IX ENANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/88/showToc>. Pesquisa realizada dia 15 de setembro de 2015.
- GORELIK, Adrián. “A produção da ‘cidade latino-americana’”. In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP. Vol. 17, n. 1. São Paulo: FFLCH-USP, 2005, p. 11-133.
- GUTIERREZ, Ramón. *Arquitectura y urbanismo em ibero-america*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.
- PADILHA, Nilo (org). “Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas. Salvador: PPGA-UFBA, 1998.
- PECHMAN, Robert Moses. “O urbano: invenção ou descoberta? Para pensar uma história urbana”. In: Anais Eletrônico do I SHCU. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/index>. Pesquisa realizada dia 15 de setembro de 2015.
- PEREIRA, Margareth da Silva. “O rumor das narrativas: A história da arquitetura e do urbanismo do século XX no Brasil como problema historiográfico – notas para uma avaliação”. In: Revista REDOBRA, n. 13, Ano 5. SALVADOR: Laboratório Urbano, PPGFA-UFBA, 2014. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/?page_id=193. Pesquisa realizada dia 15 de abril de 2016.
- PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. “A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo”. Salvador: PPG-AU/UFBA, 2005.
- SEGRE, Roberto. “Las estructuras ambientales de América Latina”. Cidade do México: Siglo XXI, 1977.

Recebido [Nov. 29, 2015]

Aprovado [Abr. 05, 2016]